

**IDEOLOGIA DESENVOLVIMENTISTA NO TERRITÓRIO E MERCADO
GLOBALIZADO**
DEVELOPMENTAL IDEOLOGY IN THE TERRITORY AND GLOBALIZED
MARKET

Roberto de Souza Santos¹

Resumo

O objetivo do texto é levantar uma discussão teórico-crítica sobre a temática em pauta. Levanta uma discussão teórica no que diz respeito à ideologia desenvolvimentista sobre o território brasileiro, construída a partir de um discurso político-ideológico que emana principalmente no seio do planejamento governamental e as imposições do mercado globalizado. Entende que este processo parte de um projeto de modernização a partir de cima, que se materializa territorialmente por intermédio de uma parafernália técnico-científica com apoio das políticas públicas de investimento. Para elaboração do texto fez-se uma revisão bibliográfica sobre os temas levantados na argumentação teórica.

Palavra-chaves: ideologia desenvolvimentista, mercado globalizado, projeto de modernização.

Abstract

The aim of the text is to raise a theoretical-critical discussion on the topic at hand. It raises a theoretical discussion regarding the developmental ideology on the Brazilian territory, built from a political-ideological discourse that emanates mainly from the heart of government planning and the impositions of the globalized market. It understands that this process is part of a modernization project from above, which materializes territorially through a technical-scientific paraphernalia supported by public investment policies. In order to prepare the text, a bibliographical review was carried out on the themes raised in the theoretical argumentation.

Keywords: developmental ideology, globalized market, modernization project.

Introdução

No contexto brasileiro materializam-se territorialmente grandes transformações espaciais provenientes de uma ação racionalizada (ação zweckrational? Weber, 2001) montada a partir de um discurso político-ideológico que emana principalmente do seio dos planejamentos governamentais juntamente com as instituições bilaterais. Pode-se

¹ É professor efetivo do colegiado de Geografia e do Programa de Pós-graduação na Universidade Federal do Tocantins de Porto Nacional-TO.

afirmar que, a partir de 1930, determinadas ações ou posturas políticas do governo brasileiro têm consagrado a ideologia desenvolvimentista com vistas a restabelecer o crescimento e ocupação econômica do território nacional. Isto se verifica principalmente com a implantação do Estado nacionalista de Vargas (1930-45) para se equacionar problemas econômicos como emancipação econômica, industrialização, ocupação do território, remanejamento das relações cidade-campo, ruptura da dependência “semicolonial”, quando se acaba territorialmente a economia de arquipélago e o território nacional passa a ter regiões mais integradas, porém obedecendo a uma sistemática geográfica centro-periferia. A questão da ocupação econômica do território é um postulado da própria criação do Estado Nacional, que representava os interesses dos ideólogos desenvolvimentistas (IANNI, 1996).

Para os portadores dessa ideologia (governos militares, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros, instituições bilaterais como a ONU e seus conselhos, etc.), a questão do desenvolvimento e o crescimento econômico da nação brasileira é algo que deve ser colocado em prática de forma imperativa, mesmo que haja forças sociais e políticas não favoráveis. O esforço no sentido de conduzir o projeto desenvolvimentista é uma missão de todos, pois todos serão beneficiados indistintamente. Este é o discurso proferido. Cardoso (1978, p. 223, 234 e 421) raciocina neste sentido, argumentando que:

(...) O desenvolvimento do Brasil não pode parar e não pode diminuir o seu ritmo, porque fazê-lo seria temerário, perigoso e tecnicamente errado. Aqui se expõe a grande meta, o cerne do projeto, ao que não se está disposto a permitir que nada constitua entrave, o que não se discute: o desenvolvimento. É ele o grande móvel da ação, é ele o grande objetivo explícito dos esforços em todos os níveis – o político, o ideológico, o social, o cultural, o econômico. (...) o desenvolvimento é a ideologia do crescimento econômico a qualquer custo, excluídos unicamente os meios que contrariam ideologicamente a ordem vigente. O que a ideologia supõe é que nenhuma transformação pela via do desenvolvimento chegará a abalar os alicerces do nosso país. Estes deverão ser mantidos a todo custo.

Um dos objetivos básicos dessa ideologia desenvolvimentista é favorecer um projeto em que haja uma política industrializante capaz de dar respostas satisfatórias ao crescimento econômico, apresentando-se como progressista, à medida que propõe um novo caminho de crescimento baseado na industrialização. Para isso, o planejamento governamental visa explicitamente a criar as condições necessárias para a expansão da indústria privada e a considera como base para o desenvolvimento econômico (CARDOSO, 1978). Essa política é reforçada mais ainda no governo João Goulart

(1961-64), composto de políticos e tecnocratas de mentalidade mais “urbana”, adquirida por intermédio do pensamento técnico-científico produzido no âmbito da industrialização, permitindo à cidade sobrepor-se ao campo e, ao mesmo tempo, contribuindo para que o poder político se transfira em maior escala às mãos da burguesia industrial.

A referida autora, ainda, assegura que o desenvolvimentismo juscelinista (1956-60) é basicamente industrializante e, para aqueles que são simpatizantes desta ideologia, a via de acesso ao desenvolvimento econômico é encontrada na industrialização. A política de Juscelino baseada no slogan “cinquenta anos em cinco” contribuiu para a ampliação da capacidade de investimento e aceleração da produção e traduziu-se na industrialização favorável ao capital monopolista privado. Em seus discursos, tratava os brasileiros como “soldados do desenvolvimento” e focalizava a industrialização acelerada como “imperiosa necessidade” e verdadeira “condição de vida”; portanto, acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, impulsionar o setor privado nacional e externo era prioridade de seu governo (IANNI, 1996).

A legitimidade de sua política foi lograda por meio de alianças partidárias, de métodos tradicionais de barganha. Mas foi a ideologia do desenvolvimentismo nacional, incluindo a articulação territorial, a que mais contribuiu para neutralizar as tensões sociais. Tinha uma visão dualista da sociedade brasileira – um setor agrário tradicional contra o urbano-industrial moderno e elevou a burguesia nacional ao papel de vanguarda “revolucionária” na superação do subdesenvolvimento. Na verdade, o projeto de empreedimentismo nacional não foi à defesa da industrialização autônoma e sim um acordo de cavalheiros com o capital estrangeiro. O discurso nacionalista tentou engajar a sociedade toda num processo de “capitalismo nacional”, ocultando a contradição da abertura da economia (BECKER; EGLER, 1994). Tanto é que no II PND, o capital internacional tinha lugar de destaque, conforme ficou evidenciado no plano de governo do General Geisel:

Adoção de política clara e consistente em relação às empresas multinacionais e, em geral, no tocante ao capital estrangeiro. **A empresa estrangeira já mostrou, no Brasil, que pode trazer contribuição relevante ao crescimento.** A presença mais operante, aqui e na economia mundial, das empresas multinacionais, torna ainda mais importante a necessidade de definir nitidamente como deve situar-se a empresa estrangeira na estratégia nacional de desenvolvimento. (OLIVEIRA, 1991, p. 91) (Grifo nosso)

Anteriormente, no governo Vargas (1930-45), o projeto de “capitalismo nacional” não só foi elaborado politicamente, mas surgiu num contexto histórico dominado pela redefinição da hegemonia política, militar e cultural dos EUA. O nacionalismo econômico revelou-se como uma manifestação da ideia de desenvolvimento, industrialização e independência, em face dos interesses econômicos dos países dominantes. A ideia de economia nacional implicava na nacionalização das decisões sobre política econômica, mas o que estava em jogo era uma estratégia política determinada, para a realização do desenvolvimento econômico e a industrialização no território nacional. A formulação de novas concepções sobre desenvolvimento, planejamento, intervencionismo estatal e emancipação econômica implicaram na elaboração de uma estratégia política para o desenvolvimento, segundo a qual, a prosperidade dependia essencialmente do desenvolvimento industrial do país.

O projeto de “capitalismo nacional” do governo Vargas pode ser traduzido em um “projeto brasileiro de desenvolvimento industrial”, que segundo Oliveira (1991) não passou de um falso nacionalismo e estatismo. Que se repetiu no governo do Marechal Dutra, quando houve a construção do ideário que desembocou na ideologia das “fronteiras ideológicas”, a qual, sob o aval dos EUA, tentou, de todas as formas, impedir a expansão do socialismo no território nacional para garantir a hegemonia norte-americana. Ao mesmo tempo, os militares² brasileiros fizeram a leitura geopolítica da ideologia norte-americana, por meio de sua política interna de repressão política, no início da década de 1970, que foi paulatinamente sedimentando a estratégia territorial de desenvolvimento, expressa na política das “fronteiras ideológicas”. Esse raciocínio lembra aquilo que Oliveira (1991) chamou de processo de internacionalização da economia e de internacionalização do acesso aos recursos minerais nacionais, o que, na verdade, representou uma das facetas do que ele denominou de falso nacionalismo.

Tal fato ficou mais evidente com a implantação do “Projeto Rondon”, com o lema “integrar para não entregar”, fruto da ideologia da Escola Superior de Guerra, que via como necessário entregar aos americanos para não entregar aos comunistas. Dessa forma, a palavra “integrar” significava abrir caminhos, criar condições para que fosse

² Para Ariovaldo Umbelino de OLIVEIRA, os militares brasileiros foram os “testa de ferro” dos EUA.

possível a exploração dos recursos naturais pelos monopólios multinacionais. A entrega dos recursos naturais da Amazônia por meio da aliança capital nacional-internacional, sob o signo de um falso nacionalismo, resumia-se numa política contraditória de “integrar para entregar” e não de “integrar para não entregar”, como afirma Oliveira (1991).

Além do seu caráter industrializante e de estabelecer “fronteiras ideológicas”, tal ideologia supõe que a ordem pública determina o processo do desenvolvimento, com um discurso de que o fundamental é ter a certeza de que toda a sociedade, mesmo à custa de sacrifícios, constrói um futuro melhor. Deste modo, ela atua como forte catalisadora da mobilização política como uma das grandes ênfases a ela relacionada, ou seja, a mobilização para o desenvolvimento. A partir daí, a formação da mentalidade do desenvolvimento corresponde à possibilidade da apresentação do desenvolvimento como *projeto social*, ao mesmo tempo, em que o ponto imediato de referência é deslocado para a Nação, enfatizando as suas potencialidades de engrandecimento e de riqueza. E começa a costurar uma união ideológica em torno do projeto, atualizando-o como realmente social, o que é condição para a sua execução e para o seu sucesso. A partir dessa união ideológica poderá surgir a mobilização, traduzida em ação efetiva para a realização do projeto (CARDOSO, 1978).

No plano econômico, o Brasil do século XX precisava se industrializar para sair do atraso e tentar acompanhar ou equiparar-se ao desenvolvimento dos países do Primeiro Mundo, e para isso a ideologia desenvolvimentista veio como um “salvador da pátria”. O setor agrário era um dos setores da economia que deveria ser modernizado para desencadear o processo de crescimento do PIB brasileiro, uma agricultura para exportação, fortemente apoiado pela ideologia do desenvolvimentismo ianque. Isto ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, quando o governo adotou como estratégia de desenvolvimento a instauração de um complexo parque industrial, em detrimento da possibilidade de a modernização do setor agrário adquirir maior importância estratégica com vistas a acomodar-se ao mercado internacional (LAYRARGUES, 1998).

Com isso, a ideologia desenvolvimentista, por meio da política industrializante, implantou o projeto de modernização da economia urbano-industrial e do setor agropecuário: o governo de Kubitschek, mas tarde, levou as ideias desenvolvimentistas para o setor agrícola, supondo que o êxodo rural seria um sintoma de *progresso*, se

tivesse como causa real um aumento da produtividade na agricultura paralelamente a uma demanda correspondente de trabalho nas indústrias e serviços urbanos (IANNI, 1996). Pode-se verificar que essa nova política híbrida (urbano-industrial e agrícola) transformou-se em um novo projeto constituído também de uma ideologia genuinamente desenvolvimentista, quando as políticas públicas governamentais conseguiram integrar o capital industrial ao capital agrícola com o mero propósito de alcançar o crescimento econômico da aristocracia agrária.

O projeto de modernização conduzido pela ideologia desenvolvimentista não tinha em mira a realização de uma reforma agrária, visto que o setor agrícola não era visto como fonte de desenvolvimento econômico-social e muito menos de democracia política com o advento da industrialização do governo Vargas. As elites brasileiras dificilmente cogitariam de mudanças substanciais na força de trabalho rural; ao contrário, quaisquer modificações na estrutura do trabalho não-urbano ou no perfil da ocupação da terra estavam associadas com a concentração de capital nas zonas rurais. Assim, a intervenção estatal no que diz respeito aos assuntos agrários foi dirigida mais no sentido de promover a exportação, ao invés de equilibrar a riqueza agrária existente, o que ajudou a formar uma *modernização a partir de cima* (SCHMIDT, 1983), e pode-se perceber que até os dias atuais, no Brasil, não há uma política agrária definida que venha ao encontro da distribuição de renda humana no campo.

Ao mesmo tempo preocupado em acelerar o crescimento econômico interno, o desenvolvimentismo pretendia, juntamente com o capital, incorporar a técnica disponível nas nações mais avançadas ao processo de desenvolvimento, tornando-o mais produtivo e mais eficiente, portanto, mais rápido e menos oneroso (CARDOSO, 1978). Este projeto, que se baseava na ideologia desenvolvimentista dos anos 1950, e a posterior ideologia do crescimento que tinha a preocupação política de construir um novo Brasil, tido como a “Grande Potência Regional”, justificavam e legitimavam a orientação do gasto público em benefício de grandes empresas cujo desempenho permitiria ao Brasil aumentar suas exportações com vistas a se equipar mais depressa e eficientemente (SANTOS, 1996).

Com vistas a desencadear o processo de modernização e industrialização, a política de Getúlio Vargas (1930-45) veio para dar respostas satisfatórias às novas exigências do capital. Em face dessa problemática, isto é, das perspectivas e dilemas

criados com a Segunda Guerra Mundial e da mobilização da economia no Brasil, vale salientar, contudo, que o setor privado não estava preparado para fazer face às novas exigências de capital, de tecnologia, *know-how*, capacidade de organização e liderança etc. Por isso, as novas perspectivas de desenvolvimento econômico e, em especial, industrial, requeriam a formulação e utilização de novos instrumentos de ação, incluindo aí o planejamento técnico-científico. Para isso, a planificação da economia foi fundamental para a modernização desta, pois a ciência e a técnica modernas fornecem elementos seguros para o delineamento dessa planificação no diz que respeito à modernização. Nestes termos, o pensamento técnico-científico se aplica segundo as condições estabelecidas pelo complexo jogo de interesses econômicos e políticos, visando ao nacionalismo econômico e à consolidação da ideologia desenvolvimentista (IANNI, 1996).

O projeto de modernização da economia nacional constitui uma das principais dimensões da ideologia desenvolvimentista. O compromisso nacionalista de Kubitschek representa este projeto de modernização juntamente com as forças políticas aliadas dos partidos políticos que atuavam no projeto nacionalista. Por outro lado, a ideia e a prática do planejamento do projeto de modernização haviam sido suficientemente incorporadas pela opinião pública dos principais centros urbanos e, pouco a pouco, o pensamento técnico-científico e o desenvolvimento econômico passaram a ser conceitos associados, para governantes, empresários, técnicos, aborda IANNI (1996).

Estes ideais de planejamento, de pensamento técnico-científico e de desenvolvimento econômico tornaram-se, também, conceitos associados e incorporados ao debate sobre a política desenvolvimentista na opinião pública no contexto brasileiro. Aí, o termo desenvolvimento, enfatizado nas políticas governamentais, traduz-se essencialmente em crescimento econômico e não necessariamente em desenvolvimento social, e toda a política nacionalista ou a criação de um “capitalismo nacional” se reduz a um “intervencionismo desenvolvimentista do poder público”.

Tal ideologia dominante impõe a prática do pensamento filosófico-epistemológico baseado numa racionalidade proveniente de uma teoria segundo a qual o que importa não é apenas a satisfação do que os homens chamam de verdade, mas sim a *operation*, o proceder eficaz, afirmam Horkheimer e Adorno (1991). Uma visão positivista, que se preocupa, sobretudo, em operacionalizar, instrumentalizar, na qual a

teoria tem que ser operacionalizada e instrumentalizada e, o que é mais importante, esta é a concepção de uma ciência revestida por uma racionalização do pensamento linear. Ao analisar a ideologia desenvolvimentista, percebe-se que ela é portadora de um racionalismo economicista e progressista com preocupações ferrenhas com o crescimento econômico; portanto, a ideologia do desenvolvimento é genuinamente linear, impondo o crescimento contínuo e tendo como ingrediente principal, o racionalismo linear, conforme verificam alguns autores como Capra (1982).

Esse desenvolvimento, que também pode ser considerado mecânico-utilitarista, condicionou uma realidade ambiental insustentável, a ponto de a conduta humana perante o meio ambiente estar sendo considerado, contemporaneamente, como o grande impasse da civilização (PINTO, 2001). Na discussão desse tema, enquanto a racionalidade econômica aponta que estamos vivenciando apenas uma crise ambiental, a racionalidade ecológica a define como uma crise muito mais abrangente, que seria civilizacional nas palavras de Layrargues (1998). Na verdade, o temos é uma da crise do modo de produção capitalista. Afinal de contas, a modernidade não comporta “soluções”. Cabe ao homem conviver com os “paradoxos”, afirma Weber (2001). Aliás, a palavra *progresso* não tem o significado de “andar para frente”, isto é, este significado pode ter sentido para a burguesia industrial.

É de se admitir que o imaginário simbólico da filosofia do progresso seja algo cristalino e perceptível no seio do território brasileiro e comece pela própria Bandeira Nacional, com o slogan positivista “ORDEM E PROGRESSO”; e diria que a qualificação que mais adequadamente lhe cabe é a de progressista. Seu significado é o progresso dentro da ordem, ou o da manutenção da ordem através do progresso (CARDOSO, 1978). O Brasil é ímpar para exemplificar esta via, tendo inclusive posto em prática um projeto para a modernidade na busca desse alvo. O lema positivista que está em sua bandeira traduz a defesa de uma organização hierárquica da sociedade, acenando com a construção futura da nação, configurando-se então o processo de modernização conservadora que caracterizará o futuro desenvolvimento do país e do seu território.

O poder público aliado ao setor privado e obedecendo à lógica do capitalismo, agiu no sentido de transformar terras improdutivas em valores econômicos para o mercado, quando as empresas colonizadoras surgiram como empreendimentos para a solução dos problemas agrários ligados aos objetivos definidos pela política de

desenvolvimento nacional de integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. Mas, os projetos de colonização atenderam tanto a objetivos econômicos como a um projeto maior, de cunho ideológico, visto que este último apresentou-se como panacéia para a solução dos problemas agrários nacionais e como solução alternativa à reforma agrária.

Convém enfatizar, ainda, que a ideologia desenvolvimentista, articulada com o vetor técnico-científico, desdobrou-se em um projeto geopolítico da modernidade. A partir dos anos 1970, os militares construíram tal projeto, o qual tinha intencionalidade, no domínio do vetor científico-tecnológico, do controle do tempo e do espaço com vistas a construir o Estado almejado. Segundo Becker; Egler (1994), o projeto geopolítico do governo militar implantou o tripé de políticas territoriais no espaço-tempo, isto é, a implantação da fronteira científico-tecnológica; a rápida integração de todo o território nacional incorporando a Amazônia; e a projeção do Brasil no espaço internacional. Sobretudo, adotou uma urbanização estratégica para o desenvolvimento.

Nesse projeto geopolítico da modernidade, tanto as forças políticas como os empreendimentos do conhecimento técnico-científico fizeram-se presentes. Para Rouanet (1987), esse empreendimento geopolítico, na verdade, não passou de um novo “irracionalismo brasileiro”, que vigorou durante vinte anos de regime autoritário, quando a razão parecia encarnar-se exclusivamente em duas lógicas radicadas na esfera sistêmica, que são a razão de Estado e a razão econômica. Os tecnocratas falavam em nome de uma razão sistêmica global que não deixava espaços para uma racionalidade alternativa. Se o modelo político e econômico implantado no Brasil representava a razão, não era possível contestá-lo senão contestando a própria razão. Contaminados pelo irracionalismo, os argumentos se dissociaram da análise objetiva da realidade e passaram a fluir de reações emocionais e da repetição irrefletida de antigos protótipos. De um lado, durante o governo autoritário, a população brasileira ficou fora da história e, de outro lado, os tecnocratas fizeram sua própria história.

O governo federal teve participação relevante na construção do projeto de modernização em uma perspectiva desenvolvimentista. Ele é um dos atores sociais que estabeleceu compromissos institucionais e garantiu a modernização do setor agrícola por meio de investimentos públicos. Atuou também no provimento e na estruturação do espaço agrário e na ocupação do território nas áreas de cerrado, dando respaldo à gestão do território. No Estado desenvolvimentista, os gestores públicos tiveram papel ativo no

processo de modernização da economia nacional, mas, foi articulado juntamente com os atores bilaterais como FMI, OMC, Banco Mundial e as multinacionais. Atualmente, com o Estado neoliberal, os investimentos em suas várias escalas, estão cada vez mais concentrados na esfera da iniciativa privada.

Imposições do mercado globalizado

O recente processo produtivo instalado no final da década de 1970 exigiu maior velocidade de toda uma materialidade contemporânea indispensável a uma economia pautada em inovações tecnológicas. A difusão de novas tecnologias e de novas formas organizacionais gerou uma complexidade das atividades agrícolas, industriais e de serviços e, sobretudo, exigiu um maior grau de saber especializado e níveis cada vez maiores de informações, tornando mais variada e densa a organização produtiva e social.

É um modelo de desenvolvimento imposto e, que é justificado pelas possibilidades da sociedade industrial mais tecnológica com o desenvolvimento das forças produtivas em escala ampliada, a extensão da conquista da natureza, a crescente criação de novas necessidades. Como é o caso dos defensivos e insumos agrícolas, das sementes melhoradas e transgênicas, produtos cujo uso o mercado globalizado tem toda uma política de impor aos produtores, inclusive porque o custo da produção realizada por meio de transgênicos é 20% mais barato, e quem não aderir à ideia terá mais dificuldades de competir no mercado internacional. Na sociedade capitalista consumista, a intensidade, a satisfação e até o caráter das necessidades humanas acima do nível biológico (por exemplo, as não alimentares – consumo do carro zero, de eletrodomésticos, do celular, da informação³ etc.) são pré-condicionadas e, ao mesmo tempo, imposta, como afirma **Marcuse** (1973). Por detrás da criação das necessidades, há sempre o poder de doutrinação dos meios de informação no sentido de que as pessoas sentem e devem satisfazer por si, as necessidades que lhes são impostas.

³ No atual estágio do modo de produção capitalista, a informação passou a desempenhar um papel hegemônico no processo produtivo, principalmente em se tratando da formação da atual sociedade industrial e de uma sociedade de consumo de massa. Para **Santos** (1996), a informatização pode ser considerada uma nova forma dominante de organização do trabalho.

Atualmente, na sociedade industrial e o poder político se afirmam por meio dos seus poderes ampliados pela ciência e pela técnica sobre o processo mecânico e sobre a organização técnica do sistema produtivo. Para isso, o comando das sociedades desenvolvidas e em fase de desenvolvimento precisam se mobilizar, organizar e explorar a produtividade técnica, científica e mecânica à disposição da civilização industrial. Esta produtividade mobiliza a sociedade em seu todo, acima e além de quaisquer interesses individuais ou grupais (Marcuse, 1973). O aumento da produtividade do trabalho constitui uma das formas de controlar e de dominar a natureza, que é uma das dimensões da ideologia desenvolvimentista.

No setor do agronegócio, por exemplo, o cultivo mecanizado da soja constitui uma das imposições do mercado internacional globalizado e da balança de pagamentos, na busca de produtividade e de conquistar mais competitividade. Embora, esse cultivo mecanizado seja algo imperativo do exterior, percebe-se que as elites locais têm seu próprio interesse, isto é, verifica-se uma iniciativa própria em adotar este modelo de desenvolvimento para atender os seus interesses pessoais.

Se outrora tínhamos o Estado desenvolvimentista que institucionalizou como uma ideologia do desenvolvimento com o objetivo de universalizar este modelo de desenvolvimento, atualmente temos o mercado globalizado. As imposições do mercado globalizado no território fazem parte de um projeto de modernização a partir de cima, que se materializa territorialmente por intermédio de uma parafernália técnico-científica traduzida em objetos técnicos (como afirma o geógrafo Milton Santos), instrumentos tecnológicos e instrumentos técnicos, com vistas a consolidar o controle da natureza. Na verdade, essas exigências partem dos atores hegemônicos envolvidos na agricultura de precisão, cuja racionalidade da regulação global sobrepõe-se à da regulação local. Não se deve também esquecer que com o advento do conhecimento técnico-científico há uma substituição gradativa da dependência pessoal (o escravo, o senhor, o servo, o operário, o trabalhador) pela dependência da “ordem objetiva” das coisas (das leis econômicas, do mercado).

Através do vetor técnico-científico há maior interferência da pesquisa genética no processo natural por meio da manipulação genética de plantas e animais, que altera o comportamento destes em relação ao crescimento, produtividade, tempo de maturação, resistência a pragas, resistência após colheita etc. Com o uso da engenharia biogenética é possível encurtar do tempo de produção agrícola em todas as etapas desde o plantio

até a colheita. A maturação pode ser antecipada; pode-se reduzir o tamanho da planta para reduzir o espaço por hectare. No caso da avicultura, que constitui um dos segmentos do complexo da soja que se encontra bem estruturado, amplia-se consideravelmente o seu grau tecnológico de forma a reduzir o período de criação de 60 para 42 dias. Toda essa eficácia do processo produtivo, formação de padrões de qualidade da produção e de inovação técnica, é uma imposição do mercado internacional globalizado.

Pode-se afirmar que a inovação técnica constitui um processo de modernização da economia no território. Nas palavras de Faoro (1994), este processo modernização procede de uma reforma do alto, implementada por um grupo ou classe dirigente que procura adequar a sociedade vista como atrasada ao modelo dos países avançados. A modernização chega à sociedade por meio de um grupo condutor que, privilegiando-se, privilegia os setores dominantes. Geralmente, essa modernização é articulada politicamente a partir de cima. O projeto de modernização no representa uma territorialidade dos atores hegemônicos e de uma das temporalidades universalizadas do modo de produção capitalista na atual fase histórica.

O que temos é uma sociedade capitalista contraditória socialmente constituída de classes sociais diferentes em que acaba se reproduzindo uma sociedade de uma classe afortunada e outra classe de pobreza. Temos, portanto, uma geografia do desenvolvimento desigual capitalista como descreve o geógrafo David Harvey - a geografia do desenvolvimento e da subsequente crise tem sido desigual. Ao mesmo tempo, que a ideologia burguesa pauta a universalização das ideias e do modelo de desenvolvimento, vai-se construído um espaço social contraditório de classes, pelo fato de que, o modo de produção capitalista, ser contraditório por natureza.

Reflexões finais

Atualmente, a tecnologia cria espaços diferenciados. Cria divisão territorial regional do trabalho. Há a revalorização estratégica e econômica do território nas mais variadas escalas geográficas. Na escala global, verdadeiras áreas de zoneamento tende a ocorrer, distinguindo-se centros de invocação tecnológica, áreas desindustrializadas, áreas de difusão da indústria e agroindústria convencionais e áreas a serem preservadas.

Sob o comando dos agentes econômicos e financeiros, esse zoneamento introduz fortes diferenciações nos territórios nacionais.

Neste processo, as grandes empresas incorporam espaços selecionados em seus espaços globais construindo à sua territorialidade. Provoca um efeito de novas formas de vida, de consumo, de relações sociais entre capital e trabalho e concentração de renda. Em outras palavras, é uma ordem global que busca impor a todos os lugares, uma única racionalidade: a do consumo, a da dominação, a do progresso, a de desburocratizar, a de privatizar e de desregular o território a favor do capital. O Estado passa a agenciar de formas variadas a região e o local construindo recortes regionais diferenciados e, aí, se forjam as alianças e aguçam as contradições sociais.

Referencias

BECKER, B. K.; EGLER, Cláudio. *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. 2 ed., Rio de Janeiro: Bertrand, 1994.

CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação*. 9 ed. São Paulo: Cultrix, 1982.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. *Ideologia do desenvolvimento – Brasil: JK-JQ*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FAORO, Raymundo. *Existe um pensamento político brasileiro?* São Paulo: Ática, 1994.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1991.

IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. 6 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. *A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica*. São Paulo: Annablume, 1998.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. *Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia*. Campinas: Papyrus, 1991.

PINTO, Magda Pereira. *A concepção da natureza na esfera ético-filosófica*. Dissertação de mestrado. Centro de Estudos Ambientais - UNESP- Rio Claro-SP, 2001.

SANTOS, Milton. *Natureza do espaço – razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCHMIDT, Benício Viero. *O Estado e a política urbana no Brasil*. Porto Alegre: Editora da Universidade de Porto Alegre, 1983, p. 12-48.

WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2001. Parte 1.